

Divinópolis/MG, 09 de Outubro de 2018

## Projeto de Lei Orçamentária não prevê revisão salarial para servidores de Divinópolis em 2019

*Previsão de despesa e receita para o município é superior a R\$ 785 milhões*

Foto: Jotha Lee



Já está tramitando na Câmara Municipal o Projeto de Lei Nº 072/2018 que orça a receita e fixa despesa para o exercício de 2019 no município de Divinópolis. Num contexto geral, o projeto contém o orçamento da prefeitura, Câmara Municipal, Empresa Municipal de Obras Públicas e Serviços (Emop), e do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Divinópolis (Diviprev). Os vereadores não têm prazo para votar a lei orçamentária, porém o recesso de fim de ano só pode começar após a aprovação da proposta.

De acordo com o projeto, o orçamento do município de Divinópolis para o ano que vem será de R\$ 785.464.332,00 e o maior bolo dos recursos será destinado à saúde, que ficará com R\$ 250.173.240,17. A educação aparece em segundo lugar, ficando com R\$ 138.436.855,00. A distribuição do orçamento determina R\$ 19.666.180,00 para a Câmara Municipal, R\$ 18.342.332,00 para a Emop, R\$ 122.460.144,23 para o Diviprev, enquanto para a prefeitura, o saldo

será de R\$ 624.992.675,77. É com esses recursos que a prefeitura terá que quitar a folha de pagamento, cuja previsão de gastos em 2019 é de R\$ 357.388.799,94, incluindo salários e encargos sociais. Terá ainda que quitar juros e destinar recursos para amortização da dívida fundada do município, que está em pouco mais de 80 milhões, pagamento de parcelamentos do Diviprev, ações judiciais e ainda terá que sobrar recursos para investimentos.

### REVISÃO SALARIAL

A partir do governo Demetrius Pereira, em 2005, a peça orçamentária passou a trazer a previsão da revisão salarial obrigatória dos servidores municipais, conforme está previsto na Constituição Federal e na Lei Municipal 8.083 (Lei do gatilho). Entretanto, o Projeto de lei para o ano que vem, não contém a previsão de revisão salarial para 2019. Isso não significa que a prefeitura não fará a revisão, já que o

prefeito poderá fazê-lo sem a previsão orçamentária. Nenhum prefeito cumpre o orçamento em sua integralidade. Ao longo do ano, a lei orçamentária aprovada pela Câmara, vai se transformando em uma verdadeira colcha de retalhos, com projetos de suplementação orçamentária, manipulação de recursos para atender outras áreas, tudo dentro da legislação, que não obriga ao Executivo a seguir a lei original. “O orçamento é uma peça de ficção, ninguém obedece”, afirma o vereador Edson Sousa (MDB).

O prefeito quer 20% do total do orçamento para o Executivo manipular sem autorização legislativa. Isso significa que, se esse percentual for aprovado pelos vereadores, o prefeito terá R\$ 157 milhões para manipular sem autorização da Câmara.

O orçamento ainda concederá autorização ao Executivo para realizar operações de crédito

(empréstimos), inclusive por antecipação de receita orçamentária sob o argumento de “manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município”. A proposta ainda autoriza ao Executivo a “adotar medidas necessárias para adequar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita”, que nada mais é do que se endividar, parcelar salários e atrasar pagamentos, caso a arrecadação fique abaixo da expectativa.

A partir de hoje o **INFORMATIVO DO SINTRAM** trará reportagens destacando o orçamento de 2019. Como se trata de uma peça com 238 páginas, muitos números e algumas pegadinhas embutidas, o **INFORMATIVO** vai detalhar o orçamento, para que o servidor tenha o máximo de compreensão sobre a utilização dos recursos públicos destinados a Divinópolis.

## Eleitor que não votou tem 60 dias para justificar ausência

**(Da Agência TSE)** O eleitor que não pôde votar no primeiro turno das eleições e não conseguiu justificar a ausência ainda pode preencher o formulário de justificativa eleitoral pela internet ou entregá-lo pessoalmente em qualquer cartório eleitoral. Há também a possibilidade de enviar o formulário pelo correio para o juiz eleitoral da zona eleitoral. O prazo para justificar é de até 60 dias após cada turno da votação.

Além do formulário, o eleitor deve anexar documentos que comprovem o motivo que o impediu de comparecer no dia do pleito.

Pela internet, o eleitor pode justificar a ausência utilizando o “Sistema Justifica” nas páginas do TSE ou dos tribunais regionais. No formulário online, o eleitor deve informar seus dados pessoais, declarar o motivo da ausência e anexar comprovante do impedimento para votar.

O requerimento de justificativa gerará um código de protocolo que permite ao eleitor acompanhar o processo até a decisão do juiz eleitoral. A justificativa aceita será registrada no histórico do eleitor junto ao Cadastro Eleitoral. Quem não votou no primeiro turno e nem justificou não fica impedido de votar no segundo turno, dia 28 de outubro.

### ELEITORES NO EXTERIOR

No caso dos brasileiros que estavam no exterior no dia da votação, eles também deverão encaminhar o formulário de justificativa pós-eleição e a documentação comprobatória até 60 dias após o turno ou em 30 dias contados a partir da data de retorno ao Brasil.

Se estiver inscrito em zona eleitoral do exterior, o eleitor deverá encaminhar o requerimento diretamente ao juiz competente ou ainda entregar nas missões diplomáticas e repartições consulares localizadas no país ou enviar pelo sistema Justifica.

### CONSEQUÊNCIAS

O Tribunal Superior Eleitoral explica que a não regularização da situação com a Justiça Eleitoral pode resultar em sanções, como impedimento para obter passaporte ou carteira de identidade para receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de função ou emprego público.

A não justificativa também pode impedir que o eleitor participe de concorrência ou administrativa da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, além de ficar impedido de se inscrever em concurso público ou tomar posse em cargo e função pública.

# Com pior desempenho para Presidência, PSDB também encolhe no Congresso



**POR ALEX RODRIGUES**

*Repórter da Agência Brasil*

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) terminou as eleições de 2018 menor do que saiu do pleito de 2014. Além de ter encolhido no Legislativo federal ao eleger menos parlamentares que em 2014, a legenda corre o risco de ver sua influência diminuir também no âmbito do Executivo. Em nota, no entanto, o partido afirma ter demonstrado “mais uma vez sua força” em meio a um “cenário turbulento”.

Dos 12 candidatos tucanos que disputavam governos estaduais nas cinco regiões, seis conseguiram votos suficientes para seguir para o segundo turno. Em 2014, além de conquistar dois estados (São Paulo e Paraná) já no primeiro turno, seis filiados ao PSDB disputaram o segundo turno.

Ao fim da eleição de 2014, o PSDB assumiu o comando de cinco estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e São Paulo. Em 2015, o governador eleito do Mato Grosso, Pedro Taques, deixou o PDT para se filiar ao PSDB, elevando para seis o total de estados governados pela legenda. Hoje, com o afastamento do cargo dos ex-governadores Geraldo Alckmin (SP), para disputar a Presidência da República, e Beto Richa (PR), para concorrer ao Senado, o PSDB vai administrar quatro estados.

Ou seja, o partido ainda pode repetir ou até mesmo melhorar o desempenho na disputa para os governos estaduais, mas, para isso, terá que vencer o segundo turno nos seis estados em que segue na disputa: Mato

Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo.

Para isso, terá que reverter os resultados em Minas Gerais e Roraima, onde seus candidatos terminaram o primeiro turno em segundo lugar. Em Minas, o senador mineiro Antonio Anastasia obteve 29% dos votos válidos, contra os quase 43% conquistados por Romeu Zema (Novo). Em Roraima, a diferença é menor. O tucano Anchieta Júnior recebeu quase 39% dos votos, enquanto Antonio Denarium (PSL) alcançou 42%.

O partido também integra a chapa que apoiou o candidato ao governo do Acre, Gladson Cameli (PP), que obteve 53% dos votos e foi eleito em primeiro turno.

## **PRESIDÊNCIA**

Na disputa presidencial, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin obteve pouco mais de 5,09 milhões de votos, ou 4,8% do total. Com este resultado, o tucano encerrou sua participação na disputa na quarta posição, com menos da metade dos votos do terceiro colocado, Ciro Gomes (PDT), que conquistou 13,34 milhões de eleitores.

Em 2014, no primeiro turno, o candidato do PSDB, Aécio Neves teve 34,89 milhões de votos, passando para o segundo turno com 33,55% dos votos válidos. No mesmo ano, Alckmin foi eleito governador já em primeiro turno com mais de 12,230 milhões de votos dos eleitores paulistas.

Ontem, logo após a divulgação dos resultados preliminares, o cientista político Joviniano Neto, professor da Universidade Federal da Bahia, disse à Agência Brasil que o desempenho de Alckmin fragiliza o PSDB e deve repercutir no comando do partido, a depender do 2º turno na disputa pelo governo de São Paulo.

Já o psicólogo especialista em pesquisas de grupo focal, Rui Melo, afirmou que o tucano não conseguiu transmitir suas propostas, com clareza, para o

eleitorado. “Ele fez uma pesquisa muito focada no marketing político, num momento em que a campanha foi movida pela cobertura jornalística”, comentou o especialista.

### CONGRESSO NACIONAL

O PSDB elegeu 29 deputados federais e oito senadores. Com isso, será a sexta bancada na Câmara e a segunda no Senado, ocupando, respectivamente, 6% e 10% dos assentos totais (513 e 81). Em 2014, o

partido elegeu 54 deputados federais, formando a terceira maior bancada da Câmara dos Deputados. Elegeu também dez senadores – uma a menos que em 2010, mas dois a mais que esta eleição.

Hoje, a legenda comemorou o fato de ter ampliando sua participação feminina no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas estaduais em 21%, elegendo oito deputadas federais e 15 deputadas estaduais, além da senadora Mara Gabrilli, em São Paulo.

## PT mantém maioria dos seus governadores, mas encolhe no Congresso



(Da Agência Brasil) Apesar de ter conseguido eleger em primeiro turno três dos quatro governadores - Fernando Pimentel, de Minas Gerais, está fora do segundo turno -, o PT viu suas bancadas encolherem no Senado e na Câmara.

No Senado, o baque foi maior: a sigla que tinha 13 senadores em 2015 terá 6 senadores no ano que vem

(- 53,84%). Além de ter perdido os atuais senadores Lindbergh Farias (RJ), Jorge Viana (AC) e Gleisi Hoffmann (PR), que se transferiu para a Câmara dos Deputados, o PT viu suas estrelas Dilma Rousseff (MG) e Eduardo Suplicy (SP) serem derrotados.

Na Câmara, o partido continuará com a maior bancada mas com 12 deputados a menos em relação à última eleição (2014). O PT terá direito, a partir de fevereiro de 2019, a 56 cadeiras.

Além de ter perdido o governo no segundo maior colégio eleitoral do país, nacionalmente o PT passou para o segundo turno em situação muito menos confortável do que em 2014, quando Dilma Rousseff foi a primeira com 43 milhões de votos.

Fernando Haddad passou em segundo lugar, com 31 milhões. Seu opositor, Jair Bolsonaro (PSL) teve 18 milhões de votos a mais.

## MDB encolhe na Câmara e perde governadores após eleições



**POR ALEX RODRIGUES**

**Repórter da Agência Brasil**

Após 24 anos sem lançar candidato próprio à Presidência da República, o MDB, partido do presidente Michel Temer, colheu nestas eleições um resultado pior do que o obtido por Ulysses Guimarães em 1989 e Orestes Quércia em 1994, quando o então PMDB obteve pouco mais de 4% dos votos. Nessas eleições, o presidenciável do partido, o ex-ministro da

Fazenda Henrique Meirelles, obteve 1,2% dos votos, ficando em 7º lugar na disputa.

O partido que elegeu sete governadores em 2014 e comanda hoje cinco estados, venceu já no primeiro turno apenas em Alagoas, com Renan Filho. E vai disputar o segundo turno no Distrito Federal, com Ibaneis; no Pará, com Helder Barbalho; e no Rio Grande do Sul, com José Ivo Sartori. Mesmo se eleger quatro governadores no total, ainda terá três a menos que o número alcançado há quatro anos.

Na capital federal e no Pará, os emedebistas chegaram à frente dos adversários no primeiro turno. No Rio Grande do Sul, entretanto, Sartori terá que reverter a desvantagem em relação ao candidato tucano, Eduardo Leite, o mais votado.

Entre as principais derrotas do partido está a perda do Poder Executivo no Rio de Janeiro, estado que é o terceiro maior colégio eleitoral em número de eleitores e que o partido governava há 12 anos. Além disso, em São Paulo, onde há apenas uma semana Paulo Skaf aparecia nas pesquisas de intenção de votos como um dos dois favoritos a passar para o segundo turno, o MDB acabou superado pelo PSDB de João Dória e pelo PSB, de Márcio Franca.

#### CONGRESSO NACIONAL

O desempenho também ficou pior na disputa de vagas na Câmara, que terá 34 emedebistas no próximo ano. Um resultado quantitativo inferior ao que o partido

obteve em 2014, quando elegeu 66 deputados federais. Menor, inclusive, que os 51 assentos que, com a transferência de parlamentares para outras legendas, o MDB ocupa hoje na Câmara dos Deputados.

Com o resultado de ontem, o MDB passará de segunda para quarta maior bancada da Câmara, atrás do PT, do PSL e do PP, que elegeram, respectivamente, 56, 52 e 37 deputados.

No Senado, o partido verá a bancada atual de 18 senadores enxugada, mas seguirá como a maior da Casa: terá pelo menos os sete eleitos nestas eleições e os quatro eleitos em 2014 e cujos mandatos vão até 2014. Além disso, o suplente do senador Ronaldo Caiado (DEM), Luiz Carlos do Carmo, que é do MDB, deve assumir o cargo, já que Caiado foi eleito governador de Goiás em primeiro turno.

Embora se mantenha como a maior força no Senado, o partido viu algumas de suas principais lideranças derrotadas. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (CE); o presidente nacional da legenda, Romero Jucá (RR); e os senadores Edison Lobão (MA) e Garibaldi Filho (RN) perderam as vagas e darão adeus ao Senado.

O MDB elegeu 93 deputados estaduais, contra os atuais 118. Procurado pela reportagem para comentar o resultado das eleições, o MDB informou, por meio de sua assessoria, que a Executiva Nacional ainda vai se reunir para avaliar o assunto.

## FIQUE DE OLHO



## Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

*Acontece no próximo dia 25, a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. O evento é realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semds) em parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (Cmdca).*

*O tema da conferência esse ano é "Proteção integral, diversidade e enfrentamento da violência". Diversas atividades voltadas a discutir o papel da criança e do adolescente na sociedade serão realizadas.*

*É necessário se cadastrar para participar. O evento ocorrerá das 8h às 17 horas, no auditório do Centro Espírita Jesus de Nazaré, localizado na Rua do Cobre, 55, bairro Niterói. Para mais informações, contate o Cmdca em 3221-1860.*